

AUTONOMIA RELATIVA DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO OU DIFERENTES RECONSIDERAÇÕES DO ECONÓMICO?

António Manuel Figueiredo (*)

1 — Introdução

O presente texto constitui um produto lateral de um já longo percurso iniciado com a laboriosa análise do conceito de subdesenvolvimento ⁽¹⁾, posteriormente alargado à análise do conflito entre as políticas de estabilização e de desenvolvimento em Portugal, no período pós-1974 ⁽²⁾. As propostas de análise nele formuladas assentam, por isso, num processo de reelaboração contínua, aproveitando as sucessivas oportunidades de debate teórico em torno desta questão ⁽³⁾.

O percurso teórico da reflexão aqui realizada evolui da ciência económica para a problemática do desenvolvimento, centrando-se no que, disciplinarmente, se convencionou designar por «economia do desenvolvimento».

A configuração desta disciplina determina ainda que esta reflexão envolva, simultaneamente, considerações de análise e de política económicas. Por outro lado, a referida filiação disciplinar não a circunscreve a um paradigma económico específico, marxista, keynesiano ou neoclássico. O único referencial que importa desde início explicitar é que, no âmbito da economia do desenvolvimento, o texto se situa para além do princípio dos obstáculos que estruturou as duas primeiras décadas de evolução da disciplina.

Designaremos por paradigma dos obstáculos o estágio de evolução da economia do desenvolvimento, cujos fundamentos teóricos são:

- no plano da concepção do mundo, uma representação etnocêntrica do subdesenvolvimento;
- como teoria da história, uma concepção linear e etapista da evolução das sociedades;

(*) Assistente da Faculdade de Economia do Porto.

⁽¹⁾ *Do Subdesenvolvimento — Vulgatas? Rupturas e Reconsiderações em Torno de Um Conceito*, em colaboração com Carlos S. Costa, vol. I e vol. II, publicados, Afrontamento, Porto, 1982 e 1986.

⁽²⁾ Dissertação para doutoramento em Economia do Desenvolvimento, em elaboração, centrada na problematização teórica do conflito entre estabilização e desenvolvimento em Portugal no período pós-1974.

⁽³⁾ Devo aqui citar o Seminário Aberto de Ciências Sociais da Faculdade de Economia do Porto, onde me foi gentilmente concedida uma primeira oportunidade de colocação deste problema e o Seminário sobre Teorias do Subdesenvolvimento/Desenvolvimento, promovido pelo Prof. Wymer em Coimbra em Janeiro de 1987.

- no plano das relações internacionais, a afirmação e defesa do princípio do benefício mútuo do comércio internacional livre e uma concepção estática do princípio das vantagens comparadas;
- no plano da mudança social, a defesa da teoria da modernização, assente na generalização dos valores, atitudes e comportamentos que instituíram a racionalidade económica ocidental e das instituições a eles associados.

2 — Autonomia relativa da economia do desenvolvimento em questão: Estará a política de desenvolvimento condenada a ser um exercício pragmático sem fundamentos teóricos consolidados?

Nos anos oitenta, reacendeu-se nos meios académicos ocidentais a controvérsia que, contidamente, tem acompanhado a evolução da própria disciplina que designámos atrás por economia do desenvolvimento. Tal controvérsia consiste, afinal, em questionar se é legítima a autonomização desta disciplina ou se, pelo contrário, a micro e a macroeconomia tradicionais deverão constituir os utensílios teóricos necessários ao exercício da política de desenvolvimento.

O reacender cíclico desta crise de identidade da economia do desenvolvimento, se bem que seja por vezes veiculada por surtos de má consciência de toda uma geração de conselheiros e planeadores do desenvolvimento, corresponde no caso vertente a uma efectiva diminuição da capacidade de afirmação institucional daquela disciplina.

Assim, do ponto de vista da reprodução das condições de produção de conhecimento no meio universitário ocidental, é evidente a desaceleração da evolução do número de doutorados em Economia do Desenvolvimento, salvo em universidades cuja vocação fundamental é graduar e pós-graduar futuros quadros para a administração pública de países em vias de desenvolvimento. No entanto, o aproveitamento que tem sido realizado deste pretenso atrofiamiento institucional apresenta-se desmesurado, facto que se deve essencialmente a duas razões.

Em primeiro lugar, como W. Arthur Lewis recentemente assinalou, tem-se observado a dispersão dos temas anteriormente apropriados pela economia do desenvolvimento, o que determina que outras disciplinas (economia industrial, economia do trabalho e dos recursos humanos, economia regional, etc.) disputem a área de produção de conhecimentos e de formação de agentes sobre a qual se inscrevia a soberania daquela. A economia do desenvolvimento passa assim a dispor de «audiências» mais rarefeitas, o que contribui para explicar as dificuldades de validação académica e científica das suas propostas ⁽⁴⁾.

⁽⁴⁾ Na acepção e alcance que D. McCloskey lhe atribui em «The rethorics of economics», *Journal of Economic Literature*, Junho de 1983.

Depois, a menor audiência académica das correntes que privilegiam a análise da coerência interna dos princípios económicos perdida em favor das disciplinas que ocorrem, afoitas, ao encontro dos repetidos exotismos das realidades empíricas permite também que o empirismo descritivista penetre a própria hierarquia das disciplinas económicas. A economia do desenvolvimento tem vocação e estatuto para discutir a coerência de determinadas disciplinas parcelares. Mas, paradoxalmente, perde audiência por isso, nesta onda febril do teste empírico em que a economia tende a deixar diluir o seu próprio desenvolvimento teórico.

Em segundo lugar, o pretenso atrofiamento institucional é também o imposto pela transformação operada na política americana de ajuda ao desenvolvimento, associada à emergência crescente das concepções liberais de orientação da política económica em geral. Fruto de um movimento de opinião totalmente estranho a um esforço de avaliação da capacidade intrínseca da economia do desenvolvimento, a orientação neoliberal identifica abusivamente os economistas que recorrem àquela disciplina como representantes da concepção dirigista da economia e da sua regulação⁽⁵⁾. A orientação neoliberal ensaia sobretudo a reabilitação do papel do mecanismo dos preços no processo de desenvolvimento, responsabilizando os economistas do desenvolvimento por toda uma série de distorções de funcionamento do mercado, como, por exemplo, o controle do comércio externo, o licenciamento industrial e o financiamento inflacionista dos défices públicos⁽⁶⁾.

Aliás, a já referida má consciência alimentada por alguns economistas do desenvolvimento quanto a determinadas intervenções de política económica em economias subdesenvolvidas, sobretudo as que culminaram em processos autoritários e repressivos dos próprios direitos humanos, antecipa a interpelação reprovadora e o correspondente processo de intenções.

Identificaram-se, assim, factores de âmbito institucional que condicionam a eventual inflexão da fase descendente do ciclo de afirmação da economia do desenvolvimento. Estes factores tenderão tanto mais a exercer a sua influência quanto menos a orientação liberal for confrontada com necessidades concretas de qualificação e aprofundamento das suas próprias proposições e, sobretudo, enquanto nas universidades predominar a tendência para adequar passivamente os planos de estudos às solicitações de curto prazo do mercado e da política económica.

Referiu-se atrás que a controvérsia sobre a autonomia relativa da economia do desenvolvimento tem acompanhado, embora contidamente, a evolução da própria disciplina.

De facto, o seu processo de autonomização assume características muito particulares. Noutra oportunidade⁽⁷⁾, defendi que a passagem da economia do

⁽⁵⁾ J. Toye, «Dirigisme and development economics», *Cambridge Journal of Economics*, 1985.

⁽⁶⁾ Deepak Lal, *The Poverty of Development Economics*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1985, pp. 5-16.

⁽⁷⁾ *Do Subdesenvolvimento*, cit., vol. I.

desenvolvimento a disciplina autónoma constitui um movimento a dois tempos: um primeiro tempo, que não foi mais do que uma falsa partida, que consistiu em pretender afirmar uma nova disciplina a partir de um novo objecto de análise (geográfico, espacial, entenda-se); um segundo tempo, mais consistente, que a autonomiza a partir de um objecto teórico efectivamente novo só possível após a erradicação do conteúdo etnocentrista do primeiro tempo.

O primeiro tempo significa que o simples aparecimento de uma nova realidade empírica (a percepção do subdesenvolvimento) relativamente à qual se crê inaplicável o «princípio económico» não cria de per si a autonomia de uma nova disciplina. Nessa fase, a disciplina em emergência alimenta-se de leituras do subdesenvolvimento que o representam em função dos modelos e condições de permissibilidade do desenvolvimento original (do Ocidente). Mostrá-mos oportunamente que este movimento de falsa partida se determina a quatro níveis:

- no plano da concepção do mundo, por uma representação etnocêntrica do tipo Ocidente egocêntrico e pioneiro;
- como teoria da história, por uma concepção linear e etapista da evolução das sociedades;
- no plano das relações internacionais, pela afirmação e defesa do princípio do benefício do comércio internacional livre;
- na perspectiva sócio-cultural, pelo primado exercido pelo conceito de modernização, com o qual o desenvolvimento tende a confundir-se ⁽⁸⁾.

Mostrámos também que o segundo tempo traduz um efectivo movimento em direcção à autonomia relativa, mas que se trata de um movimento heterogéneo e multidimensional dificilmente enquadrável na designação de um paradigma alternativo.

É, de facto, teoricamente mais correcto designar este processo por ruptura(s) com o paradigma etnocêntrico dos obstáculos. Os seus níveis de determinação são vários, envolvendo, por exemplo, a negação do princípio do comércio internacional livre e imaculado, a confirmação da génese histórica do subdesenvolvimento através da sua determinação externa, a apreensão da dinâmica de funcionamento da economia subdesenvolvida, a consideração das especificidades sócio-culturais das sociedades subdesenvolvidas, etc.

De acordo com a concepção que tenho vindo a defender, se este multifacetado processo de ruptura permite que a economia do desenvolvimento adquira autonomia como disciplina particular, ele não impede a coexistência com a continuidade de afirmação da tese contrária, ou seja, a que persiste em sustentar a validade de aplicação da economia ortodoxa neoclássica às sociedades subdesenvolvidas.

⁽⁸⁾ *Do Subdesenvolvimento*, cit., vol. I, pp. 40-48.

Por isso, o problema da autonomia relativa da economia do desenvolvimento não pode colocar-se no âmbito do objecto real que, em regra, lhe é atribuído. A meu ver, a interrogação mais adequada não é a que W. Arthur Lewis coloca ⁽⁹⁾ quando questiona se continua a ser necessária uma disciplina económica específica para os países com menos de 2000 dólares *per capita*. O problema da autonomia relativa deve colocar-se, pelo contrário, do ponto de vista da validade intrínseca dos instrumentos da análise económica do desenvolvimento para dar conta da reconsideração de conteúdos e de processos do desenvolvimento que hoje atravessa a comunidade internacional. Abrange, por isso, não apenas o objecto real a que Arthur Lewis se refere, mas ainda a possibilidade de esses instrumentos informarem a história económica dos países industrializados em períodos considerados cruciais para o seu desenvolvimento. Mais ainda, como extensão lógica desse princípio, deve discutir-se a validade intrínseca desses instrumentos do ponto de vista da sua qualidade de matriz de avaliação da coerência de outras disciplinas parcelares atrás referidas, quando aplicadas a problemas de desenvolvimento.

Este entendimento da autonomia relativa desta disciplina é logicamente coerente com a proposta de conceptualização do desenvolvimento que tem inspirado alguns dos meus trabalhos ⁽¹⁰⁾.

Tenho defendido que o conceito de subdesenvolvimento tem natureza derivada, pois só existe teoricamente após estar disponível um dado conceito de desenvolvimento. Ora, relativamente a este último, podem conceber-se duas soluções.

Pode reter-se, por um lado, um conceito de limiar mínimo de desenvolvimento, considerado consensual em função do menor denominador comum de perspectivas sustentadas quer pela opinião pública mais identificada com o problema, quer pelos principais fóruns e instituições internacionais, a que pode corresponder um quadro objectivo de indicadores. É, por exemplo, possível definir consensos mínimos, no plano institucional e da comunidade internacional, em torno de certas aproximações ao que F. Perroux designa por «cobertura dos custos do homem».

Noutra alternativa, o desenvolvimento pode configurar-se a partir de uma expressão maioritária em qualquer sociedade, sendo, neste caso, determinado por um quadro de representações dominantes explicitadas ou não num conjunto de objectivos de médio ou longo prazos por uma maioria política em regime democrático ou por qualquer poder emergente de uma ruptura revolucionária ⁽¹¹⁾.

⁽⁹⁾ «The state of development theory», *American Economic Review*, vol. 74, n.º 1, Março de 1984.

⁽¹⁰⁾ «O sector informal: suas implicações em termos de análise e de política de desenvolvimento», *Investigação*, Faculdade de Economia do Porto, 1986.

⁽¹¹⁾ Poderia citar-se, a este propósito, uma das mais aliciantes sínteses sobre o desenvolvimento: «O desenvolvimento é uma metamorfose gerada essencialmente pelo sonho e pela *contrainte que segrega um poder*», Jacques Austruy, *Le Scandale du développement*, Marcel Rivière, Paris, 1964, p. 104.

Cada uma das alternativas conduz a objectos teóricos distintos para a economia do desenvolvimento.

No primeiro caso, ela deverá ser uma teoria do não cumprimento daquele limiar mínimo, tanto quanto possível quantificado. Mas, nesta hipótese, a economia do desenvolvimento corre o risco de não ser mais que a «economia da pobreza».

Na segunda alternativa, a economia do desenvolvimento é, pelo contrário, a teoria da dinâmica de funcionamento das economias incapazes de concretizar as referidas representações maioritárias⁽¹²⁾, o que constitui um objecto teórico mais vasto que o que resulta da primeira hipótese.

3 — Algumas consequências da procura de novos limites para a autonomia disciplinar da economia do desenvolvimento

O primado da tradição etnocêntrica determinou que a economia do desenvolvimento se limitasse, durante largo tempo, a colocar os seus utensílios teóricos ao serviço de uma questão central: o estudo das condições de um sistema económico (o tradicional) por um outro (o moderno), cujas estruturas fundamentais eram definidas à imagem da experiência ocidental. Mas mesmo esta última experiência era vista como se uma complexa e, por vezes, socialmente dolorosa teia de transformações diacrónicas (o desenvolvimento padrão) aparecesse ignorada no estatismo de uma estrutura económica e social de referência.

No entanto, como Henri Bruton demonstrou⁽¹³⁾, o aprofundamento das tipologias de subdesenvolvimento permitiu identificar países com disponibilidades praticamente ilimitadas de divisas, clarificando que, mesmo em condições de fácil acesso às mercadorias e serviços internacionais potencialmente modernizantes, o desenvolvimento não se reduz à mera substituição de um sistema económico por um outro que lhe é totalmente estranho⁽¹⁴⁾.

Quer isto significar que a deúncia do etnocentrismo se articula com a reconsideração de conteúdo e de processo do próprio desenvolvimento. Podemos, entretanto, situar as origens deste novo espaço de aprofundamento da

(12) As chamadas representações minoritárias ou marginais deverão ser tanto mais consideradas quanto mais intenso for o conflito que mantiverem com as concepções dominantes.

(13) «Economic development with unlimited supplies of foreign exchange», in G. Ranis e R. West (eds.), *Comparative Development Perspectives: Essays in Honor of Lloyd Reynolds*, Boulder, Westview Press, 1983, e «The search for a development economics», *World Development*, vol. 13, n.ºs 10-11, 1985.

(14) Como diz P. Aydalot, «o desenvolvimento não é uma mercadoria que se importe; podem comprar-se técnicas, fábricas, produtos, mas o desenvolvimento não», in «Prise en compte des facteurs spatiaux et urbains dans la politique de développement», *Revue d'économie régionale et urbaine*, n.º 2, 1985.

autonomia relativa da disciplina em determinados discursos de ruptura dos fins dos anos cinquenta e meados da década de 60, entre os quais a procura de racionalidades ocultas das situações de subdesenvolvimento realizada por A. Hirschman é certamente o mais representativo⁽¹⁵⁾.

O novo espaço de autonomia relativa consiste agora em colocar a análise económica ao serviço de uma nova teoria da mudança económica e social que, em vez de privilegiar a análise das condições de substituição de um sistema económico por outro, questione a mudança no interior do próprio sistema no sentido de o tornar flexível e dinâmico para concretizar as representações dominantes com que o desenvolvimento nele se identifica.

O novo entendimento do processo de mudança insere-se na trilogia proposta por H. Bruton⁽¹⁶⁾: *search, discovery and choice*. Nesta formulação, a rejeição do carácter unilinear e predeterminado do desenvolvimento na qualidade de modelo imposto ou importado assume a variante extrema e inovadora do desenvolvimento constituir o resultado à *partida indeterminado* de um processo de procura, de descoberta e escolha. Como condição prévia, persiste apenas a necessidade de uma concepção generalizadamente aceite de progresso que induzirá o referido processo de procura.

Este novo espaço de autonomia relativa da economia do desenvolvimento abre certamente campo à reconsideração da própria análise económica, embora lhe coloque também limites. Estes últimos advêm, sobretudo, do necessário e novo relacionamento com disciplinas sociais no âmbito da clarificação do referido processo de procura, descoberta e escolha. Voltaremos a esta questão.

No entanto, uma das consequências do novo campo de visibilidade da disciplina é a emergência de problemáticas de aproximação possível entre as economias industrializadas e as subdesenvolvidas, contrariando desse modo a convicção instalada com a génese da economia do desenvolvimento de que as referidas situações concretas suscitariam necessariamente problemáticas de aproximação inviável.

Paradoxalmente, a disciplina só pode absorver tais problemáticas sem correr riscos de autodestruição depois de totalmente erradicado o conceito determinista e finalizado de desenvolvimento, condição que o aprofundamento da pesquisa no prolongamento da concepção proposta por H. Bruton pode assegurar.

(15) A. Hirschman lembrou recentemente o facto de a sua primeira missão na Colômbia se ter processado sem qualquer enquadramento teórico de partida em matéria de economia do desenvolvimento. Esta missão serviria, entretanto, de ponto de partida à reflexão perenemente inovadora do *strategy of economic development*. V., neste sentido, «A dissenter's confession: the strategy of economic development revisited», in *Pioneers in Development*, Oxford University Press, 1984.

(16) «The search for a development economics», *World Development*, vol. 13, n.ºs 10-11, 1985.

4 — Problemáticas de aproximação possível entre as economias industrializadas de mercado e as formações subdesenvolvidas

A análise conduzida nos três números seguintes não esgota, nem o pretende fazer, as problemáticas de aproximação possível entre os universos que rediscutem o desenvolvimento e o pretendem atingir.

O objectivo é tão-só, através da selectividade da escolha, ilustrar o aprofundamento da primeira tese desta comunicação elaborada em torno do que desigmo por novo espaço de autonomia da economia do desenvolvimento.

4.1 — A identidade cultural: dos quadros institucionais à base moral

A primeira ilustração é duplamente exemplar: ela permite testar a existência lógica das já referidas problemáticas de aproximação possível, mas clarifica também em que medida o novo campo de afirmação da análise económica do desenvolvimento se confronta com outros limites.

O ponto de partida consiste no reconhecimento de que o funcionamento do mercado, sobretudo o modo como emite sinais influenciadores do comportamento dos diferentes agentes económicos, é condicionado pelas instituições sociais não mercantis. Mas não é apenas o tipo de resposta dos agentes económicos aos incentivos tradicionais que é condicionado. São-no, também, a aceitação de novas ideias e oportunidades, a procura de uma concepção de progresso, de bem-estar e de justiça económica e social aceitável.

Simplemente, o conjunto de regras, instituições, relações e valores pre-valetentes em determinada comunidade ou, mais restritamente, a sua identidade cultural, podem constituir um obstáculo ou um recurso para o desenvolvimento, tudo dependendo da representação maioritária que emergir dessa comunidade. Se, pelo contrário, uma *élite* minoritária pretende importar um modelo do exterior, observa-se, frequentemente, que aquela identidade funciona mais como um obstáculo do que como um recurso.

Como Bruton assinala, sucede também repetidas vezes que tais instituições sociais não são compreensíveis nem identificáveis por agentes de desenvolvimento exteriores à comunidade, de modo que os limites da análise económica não podem ser definidos permanente e universalmente.

Refira-se ainda que tais limites são tanto mais relevantes quanto mais, espera-se, os economistas do desenvolvimento trabalhem futuramente em condições cada vez mais próximas de sistemas democráticos de exercício do poder.

Quer isto significar que a prossecução do interesse individual como critério de validação social do funcionamento dos mercados não se concretiza no vazio, mas condicionado por um determinado quadro institucional de valores ⁽¹⁷⁾.

(17) Hirschman mostrou recentemente a que corresponde o facto de a análise económica ter despojado o conceito de interesse do seu conteúdo psicológico e normativo que já apresen-

É neste âmbito de preocupações que deve entender-se a introdução na economia do desenvolvimento do conceito de *base moral* da sociedade operada por C. Wilber e K. Jameson⁽¹⁸⁾. Nesta perspectiva, a base moral abrange «o conjunto de normas e definições cuja aceitação generalizada permite que a sociedade funcione de modo não compulsivo» e constitui-se em limite social das mudanças estruturais que acompanham o desenvolvimento.

Não é líquido afirmar-se que a recuperação do conceito de base moral emerja exclusivamente em função de solicitações à pesquisa colocadas pelas economias subdesenvolvidas. A questão islâmica terá contribuído decisivamente, sobretudo ao nível da produção teórica americana, para relançar o tema da base moral. No entanto, a relevância do quadro institucional no desenvolvimento corresponde a uma tradição de pensamento muito anterior à génese da disciplina.

Mas pode falar-se também de uma tradição schumpeteriana nesta matéria, através dos seus contributos para a análise do quadro institucional da sociedade capitalista. Em *Capitalisme, socialisme et démocratie*⁽¹⁹⁾, Schumpeter escreve, por exemplo, que «o capitalismo dá origem a uma mentalidade de objectores que, depois de ter destruído a autoridade moral de múltiplas instituições não capitalistas, acaba por voltar-se contra as suas próprias instituições», ou ainda que «a mesma evolução económica que mina a posição da burguesia (diminuindo a importância do papel dos empresários e dos capitalistas, deslocando as suas classes protectoras, criando uma atmosfera de hostilidade) destrói igualmente do interior as forças motrizes do capitalismo». Na sua perspectiva, «o regime capitalista, não só se apoia em alicerces construídos por materiais não capitalistas, mas retira ainda a sua energia propulsora de regras de comportamento não capitalistas que está simultaneamente condenado a destruir».

Fred Hirsch⁽²⁰⁾ retoma as implicações da tradição schumpeteriana aqui citada, aprofundando a evolução contraditória do capitalismo ao nível dos valores, ou seja, que a prossecução dos interesses estritamente individuais no âmbito das escolhas de mercado provoca a erosão da moralidade social necessária à manutenção daquele modelo de afectação de recursos.

O contributo de Hirsch e também o de Hirschman⁽²¹⁾ revelam-se decisivos para compreender inclusivamente a reconsideração da política económica e social de cariz marcadamente intervencionista, na medida em que o sistema

to: «A ciência económica orientada para o positivismo que se difundiu durante este século pretendia poder prescindir de todos estes termos e substituí-los por outros, com menor peso de conotações morais ou psicológicas, como, por exemplo, 'preferência revelada' ou maximização sujeita a constrangimentos.» V. *Vers une économie politique élargie*, Les Éditions Minuit, Paris, 1986.

(18) «Religious values and social limits to development», *World Development*, vol. 8, 1980.

(19) Paris, Payot, edição de 1984, pp. 194 e 219.

(20) *Social Limits to Growth*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1976.

(21) *Shifting Involvements: Private Interest and Public Action*, Princeton, Princeton University Press, 1982.

de solidariedades que constitui base social dos modernos Estados-providência está hoje minado pela erosão da referida moralidade. A questão suscitada pela necessidade de internalização das obrigações sociais e de concretização de objectivos colectivos numa situação em que a interacção do *exit* e da *voice* se traduz pelo primado do interesse individual faz emergir, noutra contexto, a tradição schumpeteriana. De facto, só uma concepção etapista e linear da história pode ignorar que a relevância dos quadros institucionais constitui uma problemática de aproximação possível entre as formações desenvolvidas e as que aspiram a esse estatuto.

Aliás, se, como afirma P. Rosanvallon, a dinâmica do Estado-providência assenta num programa ilimitado de libertação da sociedade da necessidade e do risco, o desenvolvimento constitui uma questão em revisão permanente.

4.2 — O desenvolvimento endógeno

Outro exemplo de aproximação possível, neste caso particular, de aproximação real entre as problemáticas dos desenvolvidos e dos não desenvolvidos pode encontrar-se no interesse que a análise e a política de desenvolvimento têm dedicado nos últimos tempos ao desenvolvimento endógeno.

Esta orientação inscreve-se claramente no conceito de desenvolvimento proposto por Bruton de um processo a três tempos com resultado indeterminado (procura, descoberta e escolha). No entanto, a sua génese é bem mais complexa do que deixa antever a sua localização recente.

Assim, o desenvolvimento endógeno interpenetra-se com outros esforços de reconsideração do próprio processo de desenvolvimento, entre os quais se recordam o *self-reliant development* aprofundado em grande medida sob a égide das Nações Unidas, o *development from below* instituído em novo paradigma da teoria do desenvolvimento regional⁽²²⁾ e alguns cruzamentos laterais como a estratégia das «necessidades básicas» e o «desenvolvimento centrado no homem», patrocinados, de início, respectivamente, pela OIT e pela UNESCO.

É um facto que a endogenidade do desenvolvimento corresponde a um novo olhar sobre a identidade e diversidade das diferentes culturas⁽²³⁾. No entanto, a operacionalização do conceito do ponto de vista da formulação de estratégias de desenvolvimento conduz a perspectivas mais amplas. Assim, segundo I. Sachs⁽²⁴⁾, o potencial de desenvolvimento endógeno define-se a

(22) W. Stohr, «Development from below: the bottom-up and periphery-inward development paradigm», in W. Stohr e D. Taylor, *Development from Above or Below?*, Chichester, J. Wiley & Sons, Ltd., 1981, e «Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies?», *Estudos de Economia*, vol. IV, n.º 4, Julho-Setembro, 1984; J. Friedman e C. Weaver, *Territory and Function*, Londres, Arnold, 1979.

(23) H. Cao Tri, «Le concept du développement endogène et centré sur l'homme», e A. Abdel-Malek, «Spécificité et endogénéité», in *Clés pour une stratégie nouvelle du développement*, Paris, Les Éditions Ouvrières/UNESCO, 1984.

(24) «Le pontentiel du développement endogène», *Économies et sociétés*, t. XVII, n.º 2, 1983.

três níveis considerados estreitamente imbricados: a capacidade cultural para pensar e inovar, a capacidade político-administrativa para tomar decisões autónomas e organizar a sua concretização e a capacidade do aparelho produtivo para assegurar a sua reprodução alargada de acordo com os objectivos sociais de desenvolvimento.

A génese do desenvolvimento endógeno decorre, segundo alguns, da análise de situações concretas de subdesenvolvimento ou não desenvolvimento. Os trabalhos pioneiros de D. Goulet de conceptualização do desenvolvimento como processo de libertação inserem-se nessa linha de pesquisa. De facto, o desenvolvimento como libertação opera a três níveis: a destruição das condições que interiorizam processos de subordinação, a supressão dos bloqueamentos que cerceiam a criatividade das populações e a eliminação dos diferentes tipos de servidão face à natureza e à ignorância ⁽²⁵⁾.

No entanto, do subdesenvolvimento ou não desenvolvimento até ao mais recentemente considerado «mau desenvolvimento» (*mal développement*), ou mesmo até à reconsideração do próprio desenvolvimento então tido por intocável, o tema da endogenidade tem estabelecido pontes, aproximando situações concretas que constituíram objectos de disciplinas económicas diversas. As pontes mais sólidas foram construídas no âmbito do desenvolvimento regional, pois que também em espaços subnacionais podem tipificar-se dinâmicas de funcionamento que se revelam incapazes de concretizar as metas fixadas por representações dominantes do desenvolvimento.

O deslocamento espacial da problemática do desenvolvimento endógeno tem-se intensificado a ponto de a política regional no seio das Comunidades Europeias acusar a sua influência.

Neste contexto, o interesse conceptual pela mobilização do potencial endógeno das regiões começa por ser uma tentativa de fundamentação teórica da política de adaptação regional à evolução da situação técnica e económica induzida pela adopção rápida de inovações ⁽²⁶⁾. Por outras palavras, o desenvolvimento endógeno surge como um referencial de novos instrumentos de política regional, já que os instrumentos tradicionais se mostravam incapazes de abranger dois movimentos dinâmicos de sentido oposto: a aceleração das transformações estruturais devidas ao progresso técnico e ao

⁽²⁵⁾ Numa orientação prenunciadora do desenvolvimento endógeno, D. Goulet afirma que «as experiências concretas das comunidades humanas na luta por novas liberdades são as mais importantes fontes de conhecimento sobre estratégias de desenvolvimento» e que «elas devem ser a fonte de novos modos alternativos da resolução dos problemas e de modelos de reconstrução social, rejeitando os modelos que são apenas elaborados mentalmente e que não podem abarcar os constrangimentos, as aspirações humanas e as suas limitações, assim como as variações imprevisíveis das condições locais». «Development as liberation: policy lessons from case studies», *World Development*, vol. 7, 1979.

⁽²⁶⁾ V. o documento interno da Direcção-Geral de Política Regional, da Comissão das Comunidades Europeias, *La Mobilisation du potentiel endogène*, Setembro de 1981.

reajustamento da divisão internacional do trabalho e a desaceleração da mobilidade inter-regional dos capitais e dos investimentos de expansão.

Tais fundamentos haviam de penetrar parcialmente a reformulação da política regional comunitária veiculada pelo novo regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional de 19 de Junho de 1984⁽²⁷⁾, onde se consagra um capítulo específico às disposições respeitantes às acções de valorização do potencial de desenvolvimento endógeno das regiões⁽²⁸⁾.

Persiste ainda a necessidade de amadurecimento desta orientação do ponto de vista das políticas de intervenção. No entanto, no plano relevante para este trabalho, ou seja, o da génese de uma problemática de aproximação possível entre situações concretas com desníveis e assimetrias de desenvolvimento, o seu interesse é manifesto.

Ora, a matriz teórica capaz de gerir e discernir os limites e potencialidades dessa aproximação não é, de facto, a *regional economics*, mas sim a economia do desenvolvimento como a definimos anteriormente, envolvendo ou não matrizes parcelares, como, por exemplo, a do desenvolvimento regional. Não devem, de facto, confundir-se os resultados do milagre económico de multiplicação das cátedras com o progresso científico das disciplinas. A flutuação das audiências determina que, frequentemente, tais processos sejam divergentes.

4.3 — A gestão da dependência como variável estratégica da política de desenvolvimento

A última ilustração sobre a emergência de problemáticas de aproximação possível entre os quadros reais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento incide sobre uma categoria que, paradoxalmente, mais contribuiu no início da sua aplicação à economia do desenvolvimento para o seu afastamento. Refiro-me à dependência como conceito resultante da teorização das relações assimétricas de poder e hegemonia que se constituem historicamente entre nações.

Quer na sua pretensão ao estatuto de teoria, quer na sua versão mais comedida de simples metodologia de análise de situações concretas, a dependência constitui para o paradigma marxista um elemento determinante da identificação do subdesenvolvimento.

Não vamos aqui respigar todo o consumismo vulgarizador que os conceitos de dependência e a sua extensão mais recente, o de semiperiferia, têm experimentado simultaneamente com o debate metodológico em torno dos seus fundamentos⁽²⁹⁾.

⁽²⁷⁾ Regulamento (CEE) n.º 1787/84 do Conselho.

⁽²⁸⁾ A mesma fundamentação continua a presidir a aproximações recentes, como, por exemplo, a «Note d'information de la Commission au Conseil et au Parlement Européen — contenu et modalités d'application de l'approche intégrée», COM(86)401 final, de 22 de Julho de 1986.

⁽²⁹⁾ Sobre o primeiro, v. o generalizadamente citado G. Palma, «Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of dependence», *World Development*, 1978, e, mais recentemente, L. Simon e D. Ruccio, «A methodological analysis

Interessa aqui tão-só anotar que Hirschman defendeu o princípio de que a dominação e a dependência não constituem problemáticas teóricas simétricas⁽³⁰⁾. Quer isto significar que ou a dependência é entendida como factor de impossibilidade do desenvolvimento capitalista, e, nesse caso, o conteúdo operativo do conceito reconduz-se à revolução, ou, pelo contrário, admite aquele desenvolvimento, embora assimétrico e subordinado. Neste último caso, as situações de dependência inscrevem-se num quadro possibilista e não absoluto.

Por um lado, as situações de dependência só em casos extremos não são passíveis de gestão, mediante processos de diversificação criteriosos. Gerir a dependência é a consequência operativa da rejeição da tese da impossibilidade do desenvolvimento capitalista a que a análise de situações concretas conduziu.

Por outro lado, a vertente oposta da dependência, reivindicada por Hirschman que nos conduz ao enfoque activo do comércio externo (dominação/poder) conduz, mesmo no caso de países que são obrigados a gerir a dependência, a uma mais adequada abordagem estratégica da inserção na divisão internacional do trabalho. De facto, a perspectiva do mercado mundial como sede de relações de dominação e de poder não só faz emergir o conteúdo estratégico de determinadas opções de especialização internacional, como permite pensar a geoestratégia da política externa em moldes totalmente diferentes dos que o princípio das harmonias universais possibilita. A exequibilidade dessa perspectiva fica dependente, como é óbvio, da existência de poderes políticos, administração pública e agentes empresariais com capacidade de entendimento da *contrainte* externa como interacção conflituosa de agentes e poderes nacionais.

À luz desta interpretação, a reconsideração do conceito de dependência gera uma nova problemática de aproximação possível, que consiste na determinação das regras de gestão da «*contrainte*» externa em estratégias concretas de desenvolvimento nos planos nacional e regional⁽³¹⁾.

5 — Condições para a consolidação dos novos limites disciplinares da economia do desenvolvimento

Nos números anteriores, procurei demonstrar que a tese do atrofiamento institucional da economia do desenvolvimento radica num processo de inten-

of dependence theory: explanation in Andre Gunder Frank», *World Development*, vol. 14, n.º 2, 1986; sobre o segundo, v. a crítica decisiva formulada por Boaventura Sousa Santos, «Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português», *Análise Social*, n.ºs 87-88-89, 1985.

⁽³⁰⁾ Tenha-se em conta o tratamento mais aprofundado do tema que realizei em *Do Subdesenvolvimento*, cit., vol. II.

⁽³¹⁾ Em termos próximos dos contributos de Hirschman nesta matéria, v. D. Seers, «Back to the Ivory Tower? The professionalisation of development studies and their extension to Europe», *IDS Bulletin*, Dezembro de 1977, e K. Orton e G. Modelski, «Dependency reversal: national attributes and systemic processes», *Mondes en Développement*, n.º 27, 1979.

ções, tendo oportunidade de contrapor a esse pretensão atrofiamento a abertura de um novo espaço de autonomia relativa.

Não só a sua vertente de economia da pobreza permanece necessária, dada a manutenção do seu objecto real e a sua transformação qualitativa, como, mediante o que designei por problemáticas de aproximação possível entre situações concretas de subdesenvolvimento ou enviesado desenvolvimento, se abrem àquela disciplina novos espaços de análise.

Não devem, entretanto, ignorar-se os desafios que se colocam à consolidação do novo espaço de autonomia. Tais desafios inscrevem-se, sobretudo, no modo como a análise económica do desenvolvimento vai gerir os limites e as virtualidades de relacionamento com outras áreas disciplinares, que também elegem o desenvolvimento como objecto teórico preferencial.

As saídas possíveis para esta questão podem não ser pacíficas, já que duas grandes alternativas se confrontam. De facto, não é indiferente aceitar os limites do económico ou alargar o seu campo de incidência em termos idênticos, por exemplo, aos que R. Passet sustenta quando afirma que «resta ao económico transformar-se na ciência do relacional do qual o racional, tal como o concebemos, constitui apenas um departamento»⁽³²⁾.

Outros exemplos de relacionamento disciplinar podem ser apresentados, exigindo da economia do desenvolvimento o reforço da sua capacidade de diversificação e gestão das já mencionadas saídas por conta própria.

Na sequência dos trabalhos de Hirschman sobre a reavaliação do papel de determinadas categorias psicológicas no desenvolvimento, têm sido recentemente salientadas as implicações da teoria da dissonância cognitiva no processo de formação de atitudes de mudança para o desenvolvimento⁽³³⁾. Segundo esta orientação, a mudança de atitudes pode ser posterior, em vez de preceder as alterações de comportamentos, circunstância que pode revelar-se operativa do ponto de vista da formulação de políticas de desenvolvimento interessadas em promover a mudança económica e social de comunidades a partir da sua identidade cultural.

Outro campo de progresso possível, ainda na linha de relacionamento da análise económica com as disciplinas sociais, prende-se com a redescoberta do espaço como fundamento de todo o desenvolvimento. Apontam nessa direcção trabalhos de conceptualização empreendidos por economistas, para quem «o espaço não constitui apenas um quadro no qual se moldam as opções feitas ao nível global», antes constituindo «um actor de qualquer processo económico e social»⁽³⁴⁾. Nesta perspectiva, os espaços são portadores de vida,

⁽³²⁾ «Gerir um património energético de modo a assegurar a reprodução e o desenvolvimento no tempo; estruturar, graças ao trabalho, os fluxos energéticos através da informação a fim de satisfazer, ao menor custo, os imperativos individuais e sociais do 'ser' parece-nos ser a essência do acto económico.» R. Passet, *L'Économique et le Vivant*, Payot, Paris, 1979, p. 141.

⁽³³⁾ V. J. James e E. Gutkind, «Attitude change revisited: cognitive dissonance theory and development policy», *World Development*, n.º 10-11, 1985.

⁽³⁴⁾ Claude Lacour, «Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux», *Revue d'économie régionale et urbaine*, n.º 5, 1985.

de actividades, de culturas, em suma, de desenvolvimento potencial que importa reconhecer e, se possível, valorizar ⁽³⁵⁾. Por conseguinte, a redescoberta do espaço através da emergência do conceito de desenvolvimento endógeno não conduz apenas a uma problemática de aproximação possível entre áreas com níveis de desenvolvimento diferentes. Suscita também aprofundamentos conceptuais ⁽³⁶⁾.

No entanto, mesmo que o processo de mudança com que o desenvolvimento se identifica seja gerado preferencialmente do interior das comunidades, o desenvolvimento será sempre portador de processos de desestruturação e de desintegração. O que significa que no processo de «procura, descoberta e escolha» emerge uma outra necessidade teórica, a da análise do poder, enquanto entidade que gere e compatibiliza as opções intertemporais de quem antecipa o futuro e se confronta, no presente, com os custos dessas opções. É, por conseguinte, a transformação do próprio poder que está em causa como entidade que redefine as condições do cálculo económico, prepara a infra-estrutura e reorienta os interesses materiais, sob o objectivo último de minimização dos já referidos efeitos de desestruturação e de desintegração ⁽³⁷⁾.

Ora também aqui amplas margens de progresso se abrem à economia do desenvolvimento, sobretudo se a análise económica do poder for cruzada com a redescoberta do espaço enquanto actor do desenvolvimento. Nesse caso, não se trata de analisar as formas que a compatibilização das opções intertemporais dos agentes económicos pode assumir, mas de alargar essa reflexão à configuração espacial (centralização/descentralização, local/regional/global) que tal exercício pode revestir.

Observam-se, contudo, bloqueios à concretização dessas margens de progresso. A análise do poder constitui, sem sombra de dúvidas, um tema proscrito ou, pelo menos, incómodo para a teoria incómoda ⁽³⁸⁾. Esta situação é, na melhor das hipóteses, paradoxal, pois estão disponíveis orientações de pesquisa verdadeiramente estimulantes ⁽³⁹⁾, sem que prolongamentos significativos destas propostas tenham frutificado.

⁽³⁵⁾ «Mexer no espaço é mexer nas bases técnicas, sociais e culturais do desenvolvimento, é talvez desempenhar o papel, sem o saber, de aprendiz de feiticeiro.» P. Aydalot, *Revue d'économie régionale et urbaine*, n.º 2, 1985.

⁽³⁶⁾ Diana Conyers, «Future directions in development studies: the case of decentralisation», *World Development*, n.º 5, 1986.

⁽³⁷⁾ J. Austruy, *Le Prince et le patron*, Cujas, Paris, 1972.

⁽³⁸⁾ Numa das cavaqueiras que me tem amavelmente proporcionado, o Prof. J. Austruy, referindo-se à ausência de debate teórico suscitado por *Le Prince et le patron*, afirmava mordazmente que o pior conselho em matéria de pesquisa que poderia dar-se a um economista em início de carreira era sugerir-lhe a abordagem do poder.

⁽³⁹⁾ Além do já citado na nota 37, v.: Jean Lhomme, *Pouvoir et société économique*, Paris, Cujas, 1966; F. Perroux, *Pouvoir et économie*, Paris, Bordas, 1973; Marc Benitah, *Besoins économiques et pouvoir*, Paris, Anthropos, 1980, e J. Kenneth Galbraith, *The Anatomy of Power*, Houghton Mifflin Company, Boston, 1983.

Todavia, não se conclua que a consolidação do novo espaço de autonomia da economia do desenvolvimento se encontra num impasse. Sucede apenas que as já referidas saídas por conta própria não podem processar-se totalmente à margem do debate interno que atravessa hoje o económico, não só do ponto de vista metodológico, mas também na perspectiva mais arrojada de discussão do seu próprio estatuto de ciência. Certamente que se trata de relações de interdependência entre as duas vertentes do debate, mas, dado o já citado problema das audiências académicas e políticas, é de crer que a economia do desenvolvimento permaneça tributária daquele outro debate interno.

É possível, aliás, apresentar fundamentos para essa previsão mediante a selecção de evidências de pesquisa recente que apontam nesse sentido.

Face à dimensão possível deste trabalho, limitar-me-ei a ilustrar essa selecção com a referência a uma aliciente análise das opções metodológicas da economia do desenvolvimento realizado por um grupo de economistas americanos⁽⁴⁰⁾, o que é bastante incomum nesta literatura.

Os diferentes trabalhos parcelares que integram este volume evidenciam a complexidade e diversidade de soluções metodológicas que autores tipo assumiram ao longo das suas obras. Este facto dá conta da conflitualidade típica da economia do desenvolvimento, mas reflecte também o confronto de alternativas metodológicas cuja sede de avaliação é o debate interno da própria ciência económica.

Assim, opções como a *holistic approach* de Hirschman, a explicitação de premissas em termos de valores no institucionalismo de Myrdal, o pragmatismo pedagógico de Arthur Lewis, o domínio dos tipos de explicação estrutural, funcional e intencional de Gunder Frank e o recurso ao princípio da informação imperfeita na teoria das organizações rurais de J. Stiglitz são exemplos do transporte de conflitos metodológicos para a economia do desenvolvimento. Ora estes conflitos emergem do interior do próprio económico, nuns casos por rejeição pura e simples do formalismo positivista ainda dominante, noutros mercê da tentativa de o rejuvenescer⁽⁴¹⁾.

Os desafios colocados à economia do desenvolvimento no sentido de gerir os limites de relacionamento com outras disciplinas determinados pelo novo espaço de autonomia que lhe cabe começam por ser tributários dos próprios limites de extensão do económico. Será que o imperialismo ofensivo da ciência económica, isto é, a sua pretensão a «gramática universal da ciência social»⁽⁴²⁾ dispõe de argumentos suficientemente sólidos? E tais argumentos

⁽⁴⁰⁾ Trabalho organizado e coordenado por C. Wilber e K. Jameson, *World Development*, vol. 14, n.º 2, 1986.

⁽⁴¹⁾ No trabalho citado «The new development economics», J. Stiglitz é o exemplo mais acabado de tentativa de rejuvenescimento do formalismo positivista, através da teorização das regularidades de comportamento de camponeses racionais em situações onde a informação é imperfeita.

⁽⁴²⁾ Jack Hirshleifer, «The expanding domain of economics», *American economic review*, Dezembro de 1985.

poderão constituir-se a partir de categorias analíticas como a escassez, o custo, as preferências, etc., de aplicação pretensamente universal? Por outras palavras, poderá a referida «gramática universal» ser construída a partir do «homem económico» caracterizado por objectivos de interesse próprio e pela capacidade de escolha racional dos meios?

A literatura mais recente tem evidenciado que tal extensão, embora quantitativamente florescente, está longe de ser pacífica, tendo em conta não só os problemas surgidos com a aplicação do pressuposto de interesse próprio e de racionalidade⁽⁴³⁾, mas também os trabalhos de revisão crítica das já referidas categorias analíticas de aplicação pretensamente universal⁽⁴⁴⁾.

Mas uma orientação deste tipo conduz à exacerbação da procura dos fundamentos «micro» da ciência económica. Ora o debate em torno do processo de formação da economia pode conduzir-nos a uma outra perspectiva, segundo a qual as grandezas económicas só podem ser correctamente concebidas em termos macroeconómicos⁽⁴⁵⁾.

De uma ou outra orientação resultam diferentes modos e limites de relacionamento da ciência económica com as disciplinas sociais. Entretanto, esta conclusão decorre de um debate em curso interno à análise económica que não integra as determinações definidoras do objecto da economia do desenvolvimento, como se pretendia demonstrar. Ou seja, esta última permanecerá irremediavelmente tributária da reconsideração dos paradigmas, programas ou linhas de investigação propostos para a ciência económica.

Tal tributo variará de intensidade consoante a direcção específica que a referida reconsideração assumir. Ora, o debate em torno do problema da causalidade em economia constitui um exemplo de uma reconsideração eminentemente interna à própria ciência que pode, no futuro mais ou menos próximo, veicular para a economia do desenvolvimento contributos orientadores para a correcta avaliação do modo e dos limites de relacionamento com outras disciplinas sociais e também com a própria história.

Ainda que a identificação entre explicação científica e explicação causal possa ser questionada⁽⁴⁶⁾, o aprofundamento do problema da causalidade em

⁽⁴³⁾ V. nota 42.

⁽⁴⁴⁾ Uma ilustração desta outra vertente pode encontrar-se em A. Hirschman, «Against parsimony — three easy ways of complicating some categories of economic discourse», *Economics and Philosophy*, n.º 1, 1985, traduzido em *Vers une économie politique élargie*, cit.

⁽⁴⁵⁾ «[os produtos] constituem conjuntos em termos matemáticos. Cada produto, mesmo que 'pequeno', é um conjunto; o produto de qualquer indivíduo é macroeconómico e a soma dos produtos dá um resultado macroeconómico muito simplesmente porque cada produto já é uma grandeza macroeconómica». Bernard Schmitt, «The process of formation of economics», in M. Baranzini e R. Scazzieri (organizadores), *Production and Exchange — Foundations of Economic Knowledge*, Londres, Basil & Blackwell, 1985.

⁽⁴⁶⁾ Armando Castro, «A causalidade nas ciências sociais: uma abordagem epistemológica», in A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.

economia permitirá avaliar a coerência interna dos paradigmas económicos e redefinir os limites do seu relacionamento com outras disciplinas. Mais ainda é a própria clarificação do estatuto de ciência que sairá reforçada se o referido aprofundamento se sobrepuser à vulgata descritivista.

O debate em torno da questão da causalidade em economia, embora se movimente em espaços bibliográficos relativamente reduzidos, revela-se, mesmo assim, rico na sua complexidade⁽⁴⁷⁾. Dada a reconhecidamente aceite dimensão histórica do objecto real da própria economia do desenvolvimento, a minha reflexão inicial sobre o tema incidiu sobre os contributos de Hicks nesta matéria⁽⁴⁸⁾, pois neles se discutem os limites entre a ciência económica e a história. De qualquer modo a sua inclusão neste texto pretende apenas ilustrar como a economia do desenvolvimento é devedora do debate interno à própria economia que constitui, porventura, orientação mais promissora do que a crise de identidade que atravessa hoje os economistas mais prontos a utilizar, por analogia, instrumentos alheios de análise do que a discutir os fundamentos dos seus próprios instrumentos.

O principal contributo de Hicks estrutura-se em torno dos tipos de causalidade que considera, sequencial, contemporânea e estática. O primeiro respeita às situações em que a causa precede no tempo o efeito, o segundo abrange os casos em que causa e efeito se referem ao mesmo período de tempo e o terceiro refere-se ao que Hicks designa por permanências. Em cada um destes tipos, a causalidade pode colocar-se em termos fracos (determinação de uma das causas possíveis de um dado acontecimento) ou em termos fortes (hipótese de acontecimentos com uma única causa).

O princípio estruturante destes tipos de causalidade proposto por Hicks é o seguinte: «Por causalidade devemos sustentar que, se *A* não existiu, *B* não poderia ter existido; se não-*A*, então não-*B*. Mas não-*A* e não-*B* não são acontecimentos que se tenham observado, são eventos que não se produziram.⁽⁴⁹⁾» Mas, como o próprio Hicks sublinha, a asserção «se não-*A*, então não-*B*» tem natureza teórica, ou seja, tem de ser «derivada de algo que no seu sentido mais geral pode descrever-se como uma teoria ou modelo»⁽⁵⁰⁾. Este facto determina que na classe de acontecimentos não-*A* se incluam apenas as alternativas relevantes, ou seja, mais correctamente, as alternativas teoricamente relevantes.

Do ponto de vista da economia do desenvolvimento, será fundamentalmente o tipo de causalidade sequencial que interessa trabalhar. É curioso como

(47) M. Vítor Martins e C. Silva Ribeiro, «Causalidade em economia — Antologia», *Estudos de Economia*, vol. IV, n.º 2, Janeiro-Março de 1984, constitui um contributo antológico e bibliográfico de relevo nesta matéria, não só pelos materiais reunidos, mas também porque é ocorrência que presumo única no panorama editorial nacional mais recente.

(48) *Causality in Economics*, Londres, Blackwell, 1979.

(49) *Idem*, p. 8.

(50) *Idem*, p. 22.

no plano da causalidade sequencial Hicks opta por manter a formulação do princípio estruturante na negativa: «se não-A, então não-B», questão que nos transportaria à discussão da retroactividade em economia. No entanto, o que interessa sobretudo relevar é que, para Hicks, a causalidade sequencial é também uma relação teórica entre factos. É a teoria que deve fornecer uma regra de implicação. Ou seja, a teoria, produzindo relações de implicação, designa a natureza dos acontecimentos passados, sem que isso signifique a predeterminação de tais acontecimentos.

Na perspectiva que neste trabalho se considera relevante, a economia do desenvolvimento, submetida às exigências do princípio da causalidade, exige, no caso das experiências sucedidas, uma teoria das transformações estruturais que as tornaram possíveis e, no caso das experiências não sucedidas, uma teoria da ausência das transformações necessárias. Em qualquer dos casos, ambas as teorias devem ser elaboradas com base numa concepção não finalizada (procura, descoberta, escolha) do desenvolvimento como processo, o que determina que as suas representações devam ser procuradas no interior da(s) sociedade(s) instituída(s) em situação concreta a estudar.

Assim definido o objecto teórico da disciplina, ela existe e pode renovar-se, contrariando desse modo quer a má consciência de alguns dos seus intérpretes e utilizadores, quer o processo de intenções dos seus detractores. O referido processo de renovação, submetido também ao princípio da causalidade, deve gerir segundo essa orientação os limites do seu relacionamento com as disciplinas sociais. Mas tal capacidade de gestão fica dependente dos rumos do económico como ciência: macroeconomia ou ciência dos comportamentos? A sua capacidade de autoconfiança face às referidas disciplinas não será idêntica em cada um destes futuros. Por isso, se falou de autonomia relativa da economia do desenvolvimento no sentido de renovação à condição.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTRUY, Jaques, *Le Scandale du développement*, Paris, Marcel Rivière, 1964.
- AUSTRUY, Jaques, *Le Prince et le patron*, Paris, Cujas, 1972.
- AYDALOT, P., «Prise en compte des facteurs spatiaux et urbains dans la politique de développement», *Revue d'économie régionale et urbaine*, n.º 2, 1985.
- BENITAH, Marc, *Besoins Économiques et Pouvoir*, Paris, Anthropos, 1980.
- BRUTON, Henri, «Economic development with unlimited supplies of foreign exchange», in G. Ranis e R. West (eds.), *Comparative Development Perspectives: Essays in Honor of Lloyd Reynolds*, Boulder, Westview Press, 1983.
- BRUTON, Henri, «The search for a development economics», *World Development*, vol. 13, n.ºs 10-11, 1985.
- CASTRO, Armando, «A causalidade nas ciências sociais: uma abordagem epistemológica», in A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *La Mobilisation du potentiel endogène*, Direcção-Geral da Política Regional, Bruxelas, Setembro, 1981.

- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, «Note d'information de la Commission au Conseil et au Parlement Européen — contenu et modalités d'application de l'approche intégrée», COM(86) 401 final, de 22 de Julho de 1986.
- CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, Regulamento (CEE) n.º 1787/84.
- CONYERS, Dyane, «Future directions in development studies: the case of decentralisation», *World Development*, n.º 5, 1986.
- FIGUEIREDO, António M., e COSTA, Carlos S., *Do Subdesenvolvimento — Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em Torno de Um Conceito*, vols. I e II, publicados, Porto, Afrontamento, 1982 e 1986.
- FIGUEIREDO, António M., «O sector informal: suas implicações em termos de análise e de política de desenvolvimento», *Investigação*, Porto, Faculdade de Economia, 1986.
- FRIEDMAN, J., e WEAVER, C., *Territory and Function*, Londres, Arnold, 1979.
- GALBRAITH, J. Kenneth, *The Anatomy of Power*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1983.
- GOULET, Denis, «Development as liberation: policy lessons from case studies», *World Development*, vol. 7, 1979.
- HICKS, John, *Causality in Economics*, Londres, Basil & Blackwell, 1979.
- HIRSCH, Fred, *Social Limits to Growth*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1976.
- HIRSCHMAN, A., *Shifting Involvements: Private Interest and Public Action*, Princeton, Princeton University Press, 1982.
- HIRSCHMAN, A., «A Dissenter's confession: the strategy of economic development revisited», in G. Meier e D. Seers (eds.), *Pioneers in Development*, Washington, Oxford University Press/World Bank, 1984.
- HIRSCHMAN, A., «Against parsimony — three ways of complicating some categories of economic discourse», *Economics and Philosophy*, n.º 1, 1985.
- HIRSCHMAN, A., *Vers une économie politique élargie*, Paris, Les Éditions Minuit, 1986.
- HIRSHLEIFER, Jack, «The expanding domain of economics», *American Economic Review*, Dezembro de 1985.
- JAMES, J., e GUTKIND, E., «Attitude change revisited: cognitive dissonance theory and development policy», *World Development*, n.ºs 10-11, 1985.
- LACOUR, Claude, «Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux», *Revue d'économie régionale et urbaine*, n.º 5, 1985.
- LACOUR, Claude, «L'Arbre et la forêt: la science régionale vue par un économiste», in F. Auriac e Brunet (orgs.), *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fayard/Fondation Diderot, 1986.
- LAL, Deepak, *The Poverty of Development Economics*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1985.
- LEWIS, W. Arthur, «The state of development theory», *American Economic Review*, vol. 74, n.º 1, Março de 1984.
- LIPTON, Michael, «Development studies: findings, frontiers and fights», *World Development*, vol. 15, n.º 4, 1987.
- LHOMME, Jean, *Pouvoir et société économique*, Paris, Cujas, 1966.
- MALEK, A. Abdel, «Spécificité et endogénéité», in *Clés pour une stratégie nouvelle du développement*, Paris, Les Éditions Ouvrières/Unesco, 1984.
- MARTINS, M. Vítor, e Ribeiro, C. Silva, «Causalidade em economia — Antologia», *Estudos de Economia*, vol. IV, n.º 2, Janeiro-Março de 1984.
- MCLOSKEY, D., «The rethorics of economics», *Journal of Economic Literature*, Junho de 1983.
- ORTON, K., e MODELSKI, G., «Dependency reversal: national attributes and systemic processes», *Mondes en développement*, n.º 27, 1979.
- PALMA, Gabriel, «Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of dependence», *World Development*, vol. ..., 1978.
- PASSET, René, *L'Économie et le Vivant*, Paris, Payot, 1979.
- PERROUX, François, *Pouvoir et économie*, Paris, Bordas, 1973.
- SACHS, Ignacy, «Le potentiel du développement endogène», *Économies et sociétés*, t. XVII, n.º 2, 1983.

- SANTOS, B. Sousa, «Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português», *Análise Social*, n.ºs 87-88-89, 1985.
- SCHMITT, Bernard, «The process of formation of economics», in M. Baranzini e R. Scazzieri (orgs.) *Production and Exchange — Foundations of Economic Knowledge*, Londres, Basil & Blackwell, 1985.
- SCHUMPETER, Joseph, *Capitalisme, Socialisme et Démocratie*, Paris, Payot, 1984 (1946).
- SEERS, Dudley, «Back to the Ivory Tower? The professionalisation of development studies and their extension to Europe» *Ids Bulletin*, Dezembro de 1977.
- SIMON, L., e RUCCIO, D., «A methodological analysis of dependence theory: explanation in Andre Gunder Frank», *World Development*, vol. 14, n.º 2, 1986.
- SMITH, Adam, *The Theory of Moral Sentiments*, Indiana, Liberty Fund, Inc., 1976 (1853).
- STIGLITZ, Joseph, «The new development economics», *World Development*, vol. 14, n.º 2, 1986.
- STOHR, W., «Development from below: the bottom-up and periphery-inward development paradigm», in W. Stohr e D. Taylor, *Development from Above or Below?*, Chichester, J. Wiley & Sons, Ltd., 1981.
- STOHR, W., «Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies», *Estudos de Economia*, vol. IV, n.º 4, Julho-Setembro, 1984.
- TOYE, John, «Dirigism and development economics», *Cambridge Journal of Economics*, 1985.
- TOYE, John, «Development studies and change in contemporary Britain», *World Development*, vol. 15, n.º 4, 1987.
- TRI, H. Cao, «Le concept du développement endogène et centré sur l'homme», in *Clés pour une stratégie nouvelle du développement*, Paris, Les Éditions Ouvrières/Unesco, 1984.
- WILBER, C., e JAMESON, K., «Religious values and social limits to development», *World Development*, vol. 8, 1980.
- WILBER, C., e JAMESON, K., *The Methodological Foundations of Development Economics*, número especial da revista *World Development*, vol. 14, n.º 2, 1986.

FIGUEIREDO, António Manuel — Autonomia relativa da economia do desenvolvimento ou diferentes reconsiderações do económico?

O autor discute a exequibilidade de um outro objecto teórico para a economia do desenvolvimento que garanta a pluralidade do desenvolvimento e crie, simultaneamente, problemáticas de aproximação possível entre as economias industrializadas de mercado e as subdesenvolvidas ou não desenvolvidas.

Demonstra que o novo espaço de autonomia relativa da subdisciplina exige uma outra definição do modo e dos limites de relacionamento com as disciplinas sociais, embora permaneça tributária do debate interno à ciência económica, onde se destaca a questão de causalidade.

FIGUEIREDO, António Manuel — Relative autonomy from the development economy or different reconsiderations from the economy?

The author discusses the executability to another theoretic object to the development of economy who guarantees the plurality of the development and create, at the same time, problematics of possible approaching between the industrialized economies and those sub or not developed.

The author gives that the new space relative autonomy of a sub-discipline must have another definition of the way and relationship limits with the social disciplines, although remains tributary of internal debate to the economic science, where the causality question stands out.